



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### A dignidade do professor

É claro que a greve dos professores provoca transtornos, mas é preciso avaliar o que acontece. Só a existência de uma greve dos professores já é um sinal de desinteligência. Tudo deveria ser feito para evitar que a situação atingisse esse estágio extremo. Os governantes deveriam ser os primeiros a se preocuparem com a remuneração digna dos profissionais da educação. E a sociedade civil deveria ser a segunda

em apoiar as demandas por melhores condições de trabalho.

Como dizia Darcy Ribeiro, só se fazem mestres com mestres. Todos sabem que nenhuma transformação será possível sem educação. Os planos de educação que não priorizam o professor estão fadados ao mais retumbante fracasso, como sempre ocorreu. No entanto, evidentemente, eles continuam desvalorizados pelas excelências. São raríssimos os políticos que apoiam aos professores e, por tabela, à educação. Enquanto isso, os jornais noticiaram que vários senadores da república estão solidários a golpistas.

O orçamento previsto para o Fundo Constitucional do DF é de 22,97 bilhões.

Desse montante, a segurança fica com R\$ 10,2 bilhões, a saúde, com R\$ 7,1 bilhões e a educação com R\$ 5,6 bilhões. Só nesta divisão é possível constatar a disparidade de tratamento. Defendo que todas as profissões sejam bem remuneradas.

Mas atribuir o dobro a segurança o dobro do que se despende com educação é revelador do desprestígio de uma área que deveria ser considerada prioridade absoluta. De fato, é prioridade apenas para as cobranças, todavia não para a remuneração. Uma amiga observou que, na França, os professores recebem o equivalente ao que ganharia um funcionário graduado da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Com certeza, se fossem reconhecidos, os professores não fariam greve. O governo do DF se jacta de pagar um dos melhores salários para os professores no país. E é verdade. Mas a afirmação precisa ser relativizada. Das 20 profissões com formação de curso superior, a de professor ocupa o desonroso 19 lugar em remuneração, na vice-lanterna do ranking. Não existe um plano de carreira que o estimule a aprimorar a formação. Quem faz mestrado ganha pouco mais R\$ 200 no salário.

É um desestímulo à formação continuada, único caminho para forjar um professor melhor, mais competente, mais atualizado em pedagogias capazes de enfrentar os desafios das mudanças

vertiginosas do mundo regido pelas tecnologias da informação. Como se não bastasse, diferentemente de uma série de outros servidores públicos, os professores não dispõem de plano de saúde.

Quer dizer, são condições extremamente desfavoráveis ao exercício da profissão. Nós precisamos que as melhores pessoas, as mais inteligentes, as mais talentosas, as mais qualificadas ocupem o espaço da educação. É interessante, não falta dinheiro para construir viadutos, para financiar empresas de ônibus que oferecem um péssimo serviço público ou para pagar a área de segurança. Mas e os docentes? Se quisermos um país melhor precisamos dar dignidade profissional aos professores.

**ATENDIMENTO /** Governador do DF abriu Semana Nacional do Registro Civil no Centro Pop da 903 Sul, onde pessoas com baixa ou em programas do Estado podem emitir registro de nascimento de forma gratuita

## Acesso dos vulneráveis à certidão

» PEDRO MARRA

Com o objetivo de ampliar o acesso gratuito à documentação civil básica, para pessoas em situação de vulnerabilidade social, foi lançada, ontem, a Semana Nacional de Registro Civil — Registre-se, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), da 903 Sul. A iniciativa busca erradicar o sub-registro. Durante a

cerimônia, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), citou a importância de dar um primeiro passo. “Temos a oportunidade de entregar a primeira certidão de nascimento a uma pessoa que não tinha esse documento. É muito importante a participação da população, buscando os cartórios e Centros Pop para que a gente tenha um maior número de atendimentos possível.”

Uma das pessoas que usará o

Renato Alves/Agência Brasília



Programa pretende dar visibilidade às pessoas que não possuem documentos básicos

novo serviço é a artesã Kali Souza, 35 anos, que precisa emitir a certidão de nascimento dela, roubada no ano passado, em um abrigo. “A burocracia que as pessoas enfrentam faz com

que fiquem nessa situação por muito tempo. Também pedem a certidão digital, com validade de três meses, mas muitas pessoas não têm aparelho (celular) para apresentar na hora.

Espero que melhore daqui para frente”, desabafa.

Magistrados auxiliares, servidores indicados pelas corregedorias-gerais dos tribunais de Justiça de todo o país e cartórios de

Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) vão buscar a inclusão social, por meio da emissão de documentos, de forma gratuita, para pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade econômica social. Além do Centro Pop da Asa Sul, a unidade de Taguatinga e 14 cartórios de escritório de registro civil das pessoas naturais do DF oferecem o serviço público.

A ação faz parte de uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A ampliação dos pontos de atendimento se dá para facilitar o acesso ao serviço em todas as regiões administrativas do DF.

Durante a entrega de uma certidão de nascimento a um homem, usuários do Centro Pop protestaram contra Ibaneis, pedindo auxílio-moradia e auxílio-alimentação. A reportagem procurou a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) para se posicionar sobre o assunto, mas até o fechamento desta edição, não teve resposta.

### GREVE

## Na CLDF, Sinpro e GDF reabrem negociações

» LAEZIA BEZERRA  
» PEDRO MARRA

Os presidentes da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz (MDB), e da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (Cesc), Gabriel Magno (PT), estiveram reunidos, ontem, com a diretoria do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF). Após o quinto dia de paralisação, a reunião teve o objetivo de discutir soluções para a greve da categoria e intermediar as negociações que serão retomadas por professores e governo amanhã.

Wellington Luiz, criticou a judicialização. “Foi um desrespeito com a Câmara Legislativa que estava ajudando na composição, buscávamos o diálogo e o governo tomou uma atitude inesperada”, disse.

No domingo, o desembargador Roberto Freitas Filho

considerou a greve ilegal e determinou o fim da paralisação, sob multa de R\$ 300 mil por dia, em caso de descumprimento.

Segundo o presidente da CLDF, ficou acertado que não seria judicializado, não haveria demissões e nem cobranças de valores. O que acabou sendo descumprido.

Para Gabriel Magno, o papel da Câmara é se colocar, como poder legislativo para mediar e tentar um auxílio no desfecho da situação, como mediador. Ressaltou que a retomada da mesa de negociações é um avanço. “Agora fica a cargo do governo apresentar uma contraproposta aos professores, para que possamos ter uma solução, disse.”

Durante a reunião o líder do Governo, o deputado Robério Negreiros (PSD) propôs uma audiência entre a comissão de negociações do Sinpro e o governo, amanhã, às 9h30, no Palácio

Divulgação



Com ajuda de distritais governistas e da oposição, professores retomarão negociações com o Executivo

do Buriti. Ele destacou a importância do diálogo entre as partes, mas avisou que o GDF não tem condições de atender todas as demandas propostas neste momento pelos professores.

A tentativa de acordo acontecerá entre os representantes do

Sinpro, o secretário da Casa Civil Gustavo Rocha, a secretária de Educação Hélivia Paranaguá e o secretário de Planejamento e Orçamento e Administração Ney Ferraz. Os educadores pediram que os parlamentares não participem da reunião.

### Sindicato

Para representantes do Sindicato, o governo nunca esteve aberto ao diálogo, não respeitou as propostas enviadas. De acordo com Luciana Custódio, uma das diretoras do Sinpro, que

defende a legitimidade da greve, disse que “todas as portas do sindicato estiveram sempre abertas, com o objetivo de dialogar, para que o governo pudesse apreciar a pauta de reestruturação encaminhada pela comissão, mas o governo fechou os olhos”. Ela destaca que o Governo não deu 18% como tem afirmado, ele parcelou esse valor, até agora deu 6%, o que equivale cerca de R\$ 200, segundo ela.

Mais cedo, o governador Ibaneis Rocha (MDB) atacou o que chamou de radicalização. “Não adianta o sindicato pedir aquilo que o governo não tem condições de conceder, que não vão conseguir levar”, declarou o chefe do Executivo local.

Ainda de acordo com a diretora, o sindicato recebeu a notificação judicial determinando o fim da greve, mas a área jurídica prepara recurso para recorrer da decisão. “Há um descumprimento legal de um direito constitucional, o direito à greve, porque essa decisão não traz nenhum percentual. Lamentamos a judicialização, mas não é isso que vai colocar fim a greve. Ela só termina em assembleia e não com multa e justiça”, declara Luciana.

CORREIO DEBATE

# CAMINHOS DO OURO

**Os desafios, as soluções e a importância da rastreabilidade para o mercado do ouro**

16/05

das 14h às 18h

AO VIVO NAS REDES SOCIAIS E YOUTUBE DO CORREIO



Acesse e saiba mais

Apoio:



CASA DA MOEDA DO BRASIL

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE